

As razões para o veto

Além do descaso com as finanças públicas e da indiferença com a situação dos mais de 12 milhões de desempregados no País, o aumento de 16,38% do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), aprovado pelo Congresso na quarta-feira passada, fere a Constituição. Há, assim, um motivo técnico cristalino para que o presidente Michel Temer veto o imoral reajuste – os atos do Poder Legislativo devem se submeter aos mandamentos constitucionais. O art. 169 da Constituição estabelece que “a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”. E o § 1.º do mesmo artigo assegura que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração pelos órgãos da administração direta ou indireta só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 não contém nenhuma autorização para o aumento do subsídio dos ministros do STF. Vale lembrar que o reajuste aprovado na quarta-feira passada pelo Congresso altera a remuneração de todos os juizes do País – e isso também não está previsto na LDO de 2019. Como se não bastasse, o parecer apresentado no Senado sobre o projeto de lei que concedeu o reajuste de 16,38%, de autoria do senador Fernando Bezerra (MDB-PE), também não comprova que o tal aumento respeita o teto de gastos criado pela Emenda Constitucional (EC) 95/2016. Nos estudos constantes do relatório não há nenhuma avaliação sobre o impacto do reajuste no Orçamento de 2019 e dos anos seguintes. O que há são estudos antigos, anteriores à própria EC 95/2016. Ignorar essa evidente inconstitucionalidade contida no aumento do salário dos ministros do STF seria dar azo a uma ignóbil contradição. O cidadão sustenta, por meio dos impostos, a Suprema Corte.

Trata-se de um gasto significativo para que a Constituição seja defendida. Como se sabe, a primordial tarefa do STF é ser o guardião da Constituição. Ora, esse aumento inconstitucional faz com que a própria manutenção do Supremo desrespeite o previsto na Constituição. Não faz nenhum sentido que o cidadão seja obrigado a sustentar de forma ainda mais onerosa um Supremo por força de um reajuste salarial dos ministros concedido à revelia da Constituição. Professor de Direito Constitucional, o presidente Michel Temer conhece a importância da estrita obediência aos mandamentos da Constituição. Não cabem subterfúgios para burlar parte do texto constitucional, muito especialmente se o tema se refere ao próprio STF, que deve ser modelo irrepreensível de cumprimento da Carta Magna. Sempre, mas de forma especial nos tempos em que vivemos, o País necessita de um Supremo vigoroso, que cumpra com denodo seu papel de guardião da Constituição.

Por isso, é imprescindível preservar a autoridade do STF. Não se pode permitir que os ministros que têm por missão avaliar a constitucionalidade das leis, com impacto sobre toda a população, recebam soldos concedidos à revelia da Carta. O aumento concedido pelo Congresso foi um descaso com a coisa pública, especialmente pelas circunstâncias envolvidas, nesse final de legislatura. A votação de quarta-feira passada mais pareceu uma desforra após as eleições, como se o final de mandato permitisse um novo grau de deboche com as contas públicas e a crise econômica e social que o País atravessa. É especialmente triste essa situação, que viola o sentido de representação popular existente no mandato parlamentar, precisamente por deixar o cidadão indefeso. Ele já foi às urnas e, de imediato, nada poderá fazer contra o parlamentar que votou contra o interesse público. No entanto, o que se tem aqui é mais do que mero desrespeito aos interesses do cidadão. Há uma desobediência à Constituição, o que, num Estado Democrático de Direito, é inadmissível. Que o aumento receba o devido veto presidencial – e a Constituição seja cumprida.

Mudança

O poder da caneta na Educação

RENATA MARIZ

BRASÍLIA- Noventa por cento do que eu quero fazer passa pelo Parlamento, 10% apenas por uma caneta presidencial", afirmou Jair Bolsonaro em sua primeira entrevista na televisão após ser eleito. Apesar da declaração, o poder do próximo presidente de fazer mudanças por conta própria não é tão limitado assim. Na área da Educação, alterações significativas podem ser determinadas na base da canetada: do controle sobre o conteúdo dos livros didáticos a mudanças nos critérios de destinação de recurso para as universidades federais.

É o que aponta levantamento feito pelo GLOBO a partir da análise da legislação e de consultas a ex-ministros, gestores atuais e especialistas na área.

Nada impede que medidas que contrariem princípios previstos na Constituição ou na Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), entre outras legislações, sejam questionadas na Justiça. Mas há muito espaço para alterações.

— De forma geral, o MEC tem possibilidade de fazer quase tudo — resume Eduardo Deschamps, ex-presidente e membro do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Há medidas, já defendidas por Bolsonaro ou seus auxiliares, que

precisariam passar pelo Congresso, como uma eventual extinção do sistema de cotas nas universidades federais, adotada em lei por um prazo determinado; a cobrança de mensalidades no ensino superior público, contrariando dispositivo constitucional; ou implantar ensino fundamental à distância.

1. Orientar o conteúdo dos livros didáticos e do Enem

O Programa Nacional do Livro Didático, de comprados materiais usados nas escolas de educação básica, é regulado por resoluções, decretos e portarias. O MEC lança um edital com as diretrizes que considera importantes nas obras e também faz a seleção dos avaliadores, que examinarão os livros para indicar quais serão ofertados às escolas. Esse modelo foi implementado em 2016.

Antes, as universidades tinham papel preponderante na avaliação pedagógica dos livros, mas o governo Temer modificou as regras por considerar que havia um viés ideológico. Alterações, portanto, são possíveis. No programa de governo, Bolsonaro defende "revisar e modernizar o conteúdo" e "expurgar a ideologia de Paulo Freire".

Ele se notabilizou com críticas a materiais planejados pelo MEC de combate à homofobia. Sobre o Enem, o presidente eleito afirmou que

irá "tomar conhecimento da prova antes", para que não seja focada em "questões menores" Aplicado pelo Inep, uma autarquia vinculada ao MEC com área técnica para elaboração das questões, o exame pode ser modificado por decisão da Presidência.

2. Mudar critérios de destinação de recursos para as federais

Por um acordo antigo e informal das universidades federais com o MEC, hoje o custo por aluno das instituições é definido por meio de uma matriz, que traz parâmetros para determinar quanto será repassado por cada estudante, levando em conta curso, turno, entre outras variáveis.

A metodologia rompe a lógica simplista de determinar um valor estático por universitário. Se o novo governo quiser, pode desconsiderar a matriz construída pela Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

"Seria um retrocesso acabar com o mecanismo para transformar o ministério num balcão de negócios, com cada reitor batendo à porta para obter orçamento", aponta Reinaldo Centoducatte, presidente da Andifes.

Bolsonaro mencionou em entrevistas e no plano de governo seu





descontentamento com a divisão de recursos entre ensino básico e superior. "Precisamos inverter a pirâmide: o maior esforço tem que ocorrer cedo, com a educação infantil, fundamental e média" A equipe do novo governo quer deslocar as universidades federais do MEC para o Ministério da Ciência e Tecnologia.

O futuro ocupante da pasta, Marcos Pontes, já defendeu que as instituições contem com fontes privadas de financiamentos, além do orçamento público.

3. Influenciar nas diretrizes em elaboração para os temas: ensino religioso, orientação sexual e identidade de gênero

Os três assuntos estão sendo tratados atualmente em comissões do Conselho Nacional de Educação (CNE). As diretrizes sobre como abordar os temas no ensino fundamental só deverão ser submetidas ao ministro da Educação do próximo governo, que precisa homologar as decisões do conselho.

As normativas do ensino religioso passaram a ser reformuladas após recente decisão do STF, que considerou constitucional a oferta da disciplina de caráter confessional. Já os temas da orientação sexual e da identidade de gênero precisam ser desenvolvidos por resolução do CNE, que aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental.

Os dois assuntos foram retirados do documento após pressão da bancada religiosa, numa negociação

do MEC com o CNE. A condição imposta pelo conselho era a de que as diretrizes seriam, então, elaboradas separadamente. Os temas são considerados polêmicos por Bolsonaro, que foi contrário a materiais vinculados ao MEC de combate à homofobia. "Mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce", defendeu o presidente eleito no plano de governo.

4. Romper com a tradição de escolher o reitor indicado pela comunidade acadêmica

A tradição de se escolher como reitor o primeiro colocado de uma lista tríplice, enviada por cada instituição de ensino superior, pode ser quebrada pelo presidente da República. A legislação determina que ele escolha um nome

entre os indicados, mas não necessariamente o da preferência da comunidade acadêmica.

O acordo informal de escolher o primeiro vem sendo de forma geral mantido ao menos desde a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Mas nada impede que seja abandonado, sobretudo se o governo considerar que é necessário ter um controle maior das universidades, espaços habituais de contestação política.

Auxiliares de Bolsonaro falaram em reservado que escolher o primeiro da lista não será necessariamente um compromisso do presidente, mas não há planos claros nesse sentido.

5. Alterar regras para aprovação e fechamento de

cursos superiores

Um alvo importante do lobby na Esplanada, o setor de regulação do ensino superior é construído por vários atos normativos internos, ou seja, passíveis de mudanças. Retirar documentações necessárias para abertura de curso ou modificar regras para o fechamento deles são medidas de grande impacto na qualidade das faculdades privadas — e também entre grupos empresariais de educação, do ponto de vista financeiro.

Em abril deste ano, por exemplo, o governo Michel Temer assinou portarias decretando "moratória" para novos cursos de Medicina por cinco anos. Se o novo governo quiser voltar a autorizar a abertura dessas graduações, basta revogar as normas. Bolsonaro e sua equipe nunca se manifestaram publicamente sobre o assunto, nem por meio do programa de governo.

6. Retirar a prerrogativa das universidades federais de fazerem seus concursos

Na medida em que os profissionais se aposentam, cada universidade pode publicar editais de concurso para fazer sua própria seleção, respeitando uma metodologia que indica número de vagas a serem abertas e perfil (quanto à carga horária, titulação etc.).

Essa prerrogativa pode ser suprimida por portarias do MEC e do Ministério do Planejamento. Não há manifestações do grupo de Bolsonaro a respeito dessa questão, que preocupa as instituições,





sobretudo com o cenário de crise financeira e a perspectiva de um congelamento nas contratações.

7. Mudar o perfil do Conselho Nacional de Educação (CNE)

Treze cadeiras do CNE — de um total de 24 — vão ficar vagas até 2020. Quem nomeia os conselheiros é o presidente da República, que pode escolher entre uma lista de indicados por entidades ligadas à educação ou decidir por um terceiro. A nomeação é totalmente livre.

Em 2022, mais oito vagas ficarão livres, e o governo indicará seus ocupantes. Os mandatos dos conselheiros são de quatro anos, podendo ser renovados, e não coincidem entre si, de forma que há troca de aproximadamente metade da composição a cada dois anos.

O CNE atua em políticas cruciais, como a elaboração da Base Curricular do ensino médio atualmente. Embora as decisões do conselho necessitem da homologação do ministro para terem validade, é importante que o que venha de lá chegue à mesa ministerial ao gosto do governo. Uma eventual mudança na lei para ofertar ensino fundamental à distância, por exemplo, terá que ser regulamentada pelo CNE. O futuro governo não tratou do conselho no programa de governo ou em manifestações públicas.

Guedes assumirá funções do Trabalho e aprofundará flexibilização de direitos

São Paulo e Brasília A extinção do Ministério do Trabalho no governo de Jair Bolsonaro (PSL) deverá colocar a superpoderosa Secretaria de Políticas Públicas de Emprego nas mãos do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes.

Com as atribuições do órgão sob sua responsabilidade, Guedes poderá levar a cabo uma das promessas de campanha do presidente eleito: a criação da carteira de trabalho verde e amarela.

A nova carteira, que existirá em concomitância com a atual, vai assegurar apenas direitos constitucionais, como férias remuneradas, 13º salário e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Além da carteira, a secretaria concentra programas como seguro-desemprego e abono salarial, e o Codefat (conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador), o que

amplia a força de Guedes. Em 2018, o FAT teve previsão orçamentária de R\$ 76,8 bilhões.

O rearranjo ministerial com essa estrutura bilionária integra um conjunto de mudanças planejadas pelos assessores de Bolsonaro dentro de um projeto maior, que prevê o aprofundamento da reforma trabalhista de Michel Temer.

As novas regras da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) completam neste domingo (11) um ano. O principal efeito da reforma se deu no volume de processos na Justiça do Trabalho (veja quadro).

Na esteira das ideias liberais de Guedes, a equipe de Bolsonaro que trata do tema tem a meta de avançar na flexibilização dos contratos de trabalho, sob o argumento de que o fim do engessamento tende a ampliar o número de vagas.

Críticos, porém, preveem um esvaziamento da CLT caso seja

criada a carteira verde e amarela, na qual seriam anotados contratos com regime mais flexível, em que o trabalhador aceite menos direitos trabalhistas em troca de uma remuneração maior.

Quaisquer direitos e deveres que estejam fora da Constituição — como, por exemplo, a duração da jornada e o regime de férias — seriam fixados em negociação entre empregador e trabalhador, caso a caso, em uma exacerbação do “negociado sobre o legislado”.

A princípio, a escolha entre as duas carteiras caberia apenas aos novos trabalhadores que estão chegando ao mercado e ainda não tiveram vínculo empregatício.

A carteira verde e amarela também seria a entrada para o regime de Previdência de capitalização (em que a aposentadoria é resultado do que o trabalhador foi capaz de poupar ao longo da vida).





Na campanha, Guedes disse à GloboNews que a carteira azul representaria o emprego tradicional. “Porta da esquerda: você tem sindicato, legislação trabalhista para te proteger, encargos.”

A CLT valeria para os contratos da carteira azul, do “sistema antigo”. A verde e amarela seria o “novo sistema”.

“Se houver para os mais jovens uma mera opção, na carteira verde e amarela, as empresas vão aceitar quem tem a verde e amarela e, em 20 anos, não teremos trabalhadores da CLT”, afirmou Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra (associação dos juízes trabalhistas) e professor da USP (Universidade de São Paulo).

“Ela torna obsoleta a CLT, torna letra morta a CLT. Preocupa sob vários aspectos.”

Bolsonaro tem criticado com frequência o que vê como um excesso de direitos garantido pela legislação atual.

“Aqui no Brasil tem direito para tudo, só não tem emprego”, disse o presidente eleito em transmissão ao vivo em redes sociais na sexta-feira (9).

“Já ouvi a esquerda falar ‘ele quer acabar com direito trabalhista’. Então, antes que falem besteira esse pessoal da esquerda e alguns órgãos de imprensa, os direitos trabalhistas estão no artigo 7º da Constituição”, afirmou.

“Está cheio de direito lá. Não tem como tirar, não vou dar murro em ponta de faca, é cláusula pétrea. É o país do direito. Você tem tanto direito e não tem emprego. O que queremos? Destruir a economia”, afirmou Bolsonaro.

A adoção de contratos mais flexíveis ajudou a gerar mais empregos em países como a Alemanha e a Espanha, segundo o economista Bruno Ottoni, do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia) e da consultoria IDados.

Os primeiros resultados costumam levar cinco anos para aparecer. No Brasil, neste primeiro ano de reforma trabalhista, o efeito sobre a geração de postos de trabalho foi baixo, na avaliação de Ottoni.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, as novas modalidades de emprego (contratos intermitentes e parciais) geraram 55 mil postos de trabalho até setembro.

Já o trabalho informal (sem carteira assinada) e o trabalho por conta própria abrigaram mais 1,186 milhão de pessoas nos 12 meses até setembro, segundo o IBGE. Quase 12 milhões disseram que buscaram emprego e não conseguiram.

Para esse contingente, a carteira verde e amarela não teria utilidade, a menos que pudesse abarcar os trabalhadores que já estão na ativa.

Essa, porém, não é a proposta dos economistas de Bolsonaro. O mais provável, segundo o desenho feito até agora, é que quem optar pela carteira verde e amarela siga com ela durante a carreira, até mesmo por não contribuir para o atual sistema de Previdência.

O chefe do Ministério Público do Trabalho, Ronaldo Fleury, critica o argumento de mais flexibilização como motor de empregos. “[Isso] não vai aumentar a empregabilidade nem diminuir a informalidade. Só vai tirar direitos.”

O professor de direito do trabalho da USP Flávio Roberto Batista, por sua vez, vê a proposta da nova carteira como “um devaneio”.

“A proposta fala em escolher





entre a carteira azul, com direitos, e uma verde e amarela, sem. Isso viola a irrenunciabilidade de direitos. A medida é completamente inconstitucional. É um devaneio.”

Interlocutores de Bolsonaro falam em prosseguir com a modernização da lei trabalhista. A atual reforma, contudo, não teria ajustes, e suas alterações não seriam revistas.

Futuras mudanças trabalhistas seriam capitaneadas pelo superministério da Economia de Guedes, que reunirá funções do Trabalho, Planejamento e Mdic (Indústria, Comércio Exterior e Serviços).

Outras atividades da pasta a ser extinta, como fiscalização, caberão ao Ministério da Justiça, de Sergio Moro.



Estrutura da pasta e a previsão legal

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

Atribuições:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social
- Seguro-desemprego
- Abono salarial
- Estudos da legislação trabalhista
- Apoio ao trabalhador desempregado
- Codefat (conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador)

R\$ 76,8 bi

é o orçamento do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), sob responsabilidade da secretaria que ficará com Paulo Guedes

Principais direitos trabalhistas constitucionais

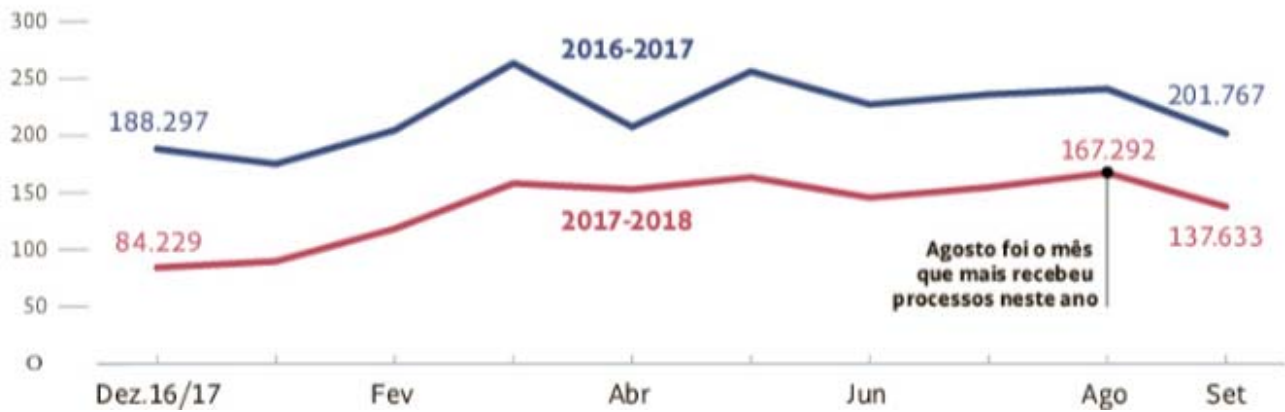
- FGTS
- 13º salário
- Salário mínimo
- Férias remuneradas
- Aviso prévio
- Seguro-desemprego
- Repouso semanal
- Licença-maternidade





Cautela de empregados derruba número de novas ações na Justiça

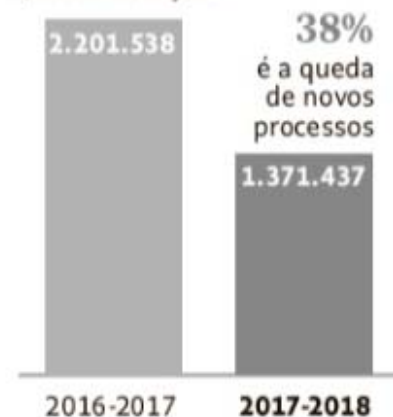
Novos processos



Estoque de processos antigos e pendentes de julgamento recuam para o patamar de 2013

Após reforma trabalhista, juízes recebem menos ações e julgam processos antigos com mais agilidade

Queda de ações



*Até setembro Fonte: TST (Tribunal Superior do Trabalho)

GOVERNO EM TRANSIÇÃO »

Uma Esplanada menor



Bloco O, atualmente sem ocupação: mesmo fora de uso, prédio gera custos para a administração pública

Corte no número de ministérios fará o próximo ocupante do Palácio do Planalto poupar em aluguel de prédios e no pagamento de comissionados. Para especialistas, mais do que economia, ação responde a promessas de enxugar a máquina

HAMILTON FERRARI
GABRIELA VINHAL
MARÍLIA SENA*

Com a intenção de reduzir o número de ministérios de 29 para 18, o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), está cumprindo a pretensão de enxugar a máquina

pública. A medida promete mexer na Esplanada dos Ministérios, que tem 17 prédios. Atualmente, o local é considerado insuficiente para abrigar todos os servidores públicos federais. Tanto é que três pastas ficam em outras regiões de Brasília — Transparência, Cidades e Esportes. Levantamento do Correio mostra que o aluguel para manter esses prédios e outros anexos custa, ao menos, R\$ 85,6 milhões por ano.

Pelo menos seis mil funcionários públicos federais trabalham em ministérios localizados fora da Esplanada. Segundo analistas, manter as estruturas onera o Estado, e caberá ao eleito decidir se deve ou

não reduzir os desembolsos para otimizar os gastos. Os cortes não têm impactos significativos no ajuste fiscal, já que os principais vilões do orçamento são outras despesas mais robustas, como os benefícios previdenciários, em que o déficit se aproxima de R\$ 300 bilhões.

Mesmo assim, o cientista político e vice-presidente da Arko Advice, Cristiano Noronha, explica que, ao reduzir o número de ministérios, a tendência também é de queda no número de cargos comissionados, o que agrada grande parte do eleitorado brasileiro. “Não só ministérios, mas existe uma discussão deste novo governo para reduzir a máquina pública. Trata-se tanto da extinção e privatização de estatais, que, querendo ou não, é uma forma de diminuir o número de funcionários públicos”, ressalta.

Dos 29 ministérios, há pelo menos 13 com anexos fora da Esplanada. Manter essas estruturas gera um custo administrativo. Pesquisa da ONG Contas Abertas, considerando o total de gastos com aluguéis em toda a administração pública federal, aponta que a despesa da União com a locação de imóveis somou R\$ 1,7 bilhão em 2017, sendo aproximadamente R\$ 400 milhões pagos no Distrito Federal. Mesmo assim, há um prédio abandonado na Esplanada. O bloco O virou um esqueleto no centro da





cidade desde 2016. Há três anos, há promessas de que o edifício seria revitalizado para voltar a ser utilizado administrativamente. Mesmo parado, ele gera custo de vigilância e energia elétrica — R\$ 46,5 mil e R\$ 2 mil por mês, respectivamente. Segundo o Ministério do Planejamento, existe a possibilidade de que o prédio seja destinado à Fazenda.

O fundador e secretário-geral da Contas Abertas, Gil Castello Branco, destaca que o Estado brasileiro é “paquidêmico, corporativo ineficiente e caro”. “Na atual hipertrofiada estrutura administrativa do governo federal, há ministérios inteiros e inúmeros órgãos federais fora da Esplanada dos Ministérios, instalados em imóveis alugados de terceiros, muito embora exista um prédio desocupado na própria avenida”, cita. “A redução de 11 ou 12 pastas permitirá a redução da quantidade de imóveis alugados, mesmo que a Esplanada não seja suficiente para abrigar toda a estrutura do Executivo”.

Pelo menos 14 ministérios têm prédios, anexos ou imóveis fora da Esplanada: Segurança Pública, Fazenda, Transporte, Trabalho, Saúde, Esporte, Turismo, Relações Exteriores, Integração Nacional, Cidades, Transparência, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social.

Fusão

Castello Branco destaca que a

redução da quantidade de ministérios não tem como efeito “apenas diminuir custos”. “Trata-se de racionalizar a estrutura administrativa. Se os EUA e a Alemanha, por exemplo, possuem 15 ou 16 pastas, é perfeitamente possível imaginar que a máquina administrativa brasileira funcione com 17 ou 18 pastas. É uma falsa ideia imaginar que um setor está sendo prestigiado pois existe administrativamente como ministério”, alega.

A principal fusão que será feita no governo Bolsonaro é o superministério da Economia, que vai juntar a Fazenda, o Planejamento e a Indústria, o Comércio Exterior e Serviços. Além disso, o Trabalho será extinto e incorporado em outras pastas. Segundo Cristiano Noronha, isso possibilitará a redução no quadro de pessoal. “A diminuição de ministérios cria, naturalmente, uma estrutura menor para essas 29 pastas. Então, não haverá o número de secretários que havia anteriormente, que é um cargo de confiança, ou seja, comissionado”, destaca.

Não é a primeira vez que um presidente do Brasil resolve enxugar a máquina pública. Fernando Collor, na década de 1990, teve a mesma iniciativa, mas não deu certo. “Juntaram pastas muito grandes, com muitos cargos e atribuições. Cada ministério tem, em média, seis secretários — um deles é executivo.

Se pensar nessa lógica, serão ao menos 20 secretários. Diminuirão só o número de secretários executivos. A economia será irrisória, enquanto a responsabilidade estará centralizada em apenas uma pessoa”, esclarece o analista político Thiago Vidal, gerente de análise política da Prospectiva Consultoria. Segundo ele, haverá dificuldades para que os próprios funcionários entendam as novas funções. “As pessoas da nova pasta demoram um tempo, ao menos um ano, para absorverem as novas demandas. Então, é preciso estar na cabeça que a nova diagramação da Esplanada não vai funcionar, de antemão, a partir de 1º de janeiro, como o esperado”.

O economista Newton Marques, professor da Universidade de Brasília (UnB), também não vê vantagens nas fusões. “Sabemos que é um compromisso de campanha de Bolsonaro. Por mais que algumas pastas tenham sintonia, o enxugamento não quer dizer sucesso na gestão”, diz. “No Brasil, é evidente que há muito cabide de empregos, mas é possível tirar essas pessoas sem comprometer as políticas públicas que seriam discutidas com as pastas separadamente. Por isso, vejo com muita desconfiança se haverá benefícios”, acrescenta.

* Estagiária sob supervisão de Leonardo Meireles



Arquitetura ministerial

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, quer cortar de 29 para 18 (ou 17) o número de ministérios. Além da Esplanada, as pastas estão espalhadas por Brasília.

1 Ministério do Desenvolvimento Social:

Esplanada dos Ministérios, Bloco A

2 Ministério dos Direitos Humanos:

Esplanada dos Ministérios, Bloco A

Anexo: *Edifício Parque Cidade Corporate, SCS, Qd. 9, Torre A*

3 Ministério do Meio Ambiente:

Esplanada dos Ministérios, Bloco B

4 Ministério da Cultura:

Esplanada dos Ministérios, Bloco B

5 Ministério do Planejamento:

Esplanada dos Ministérios, Bloco C e Bloco K

6 Ministério da Agricultura:

Esplanada dos Ministérios, Bloco D

7 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC):

Esplanada dos Ministérios, Bloco E e Bloco R

8 Ministério da Integração Nacional:

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

Anexo: *Edifício Celso Furtado, Setor de Grandes Áreas Norte 906 — Asa Norte*

9 Ministério do Trabalho:

Esplanada dos Ministérios, Bloco F

Anexo: *SIA, Trecho 2, lotes 1.255, 1.265, 1.275 e 1.285*

10 Ministério da Saúde:

Esplanada dos Ministérios, Bloco G

Anexo 1: *Edifício PO 700 — SRTV/Norte, Quadra 701*

Anexo 2: *Central de Armazenagem e Distribuição de Insumos Estratégicos — Setor de Indústrias e Abastecimento*

Anexo 3: *Casa de Apoio à Saúde do Índio — Rodovia DF 250, Km 8,5, Sobradinho*

11 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços:

Esplanada dos Ministérios, Bloco J

12 Ministério da Educação:

Esplanada dos Ministérios, Bloco L

13 Ministério da Fazenda:

Esplanada dos Ministérios, Bloco P

Anexo 1: *Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), no Edifício CNC — SAUN, Quadra 5, Lote C — 7º andar, Torre D — Centro Empresarial CNC*

Anexo 2: *Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal (SAMF/DF), no Setor de Autarquias Sul (SAS), Quadra 6, Bloco O, Edifício Órgãos Centrais.*

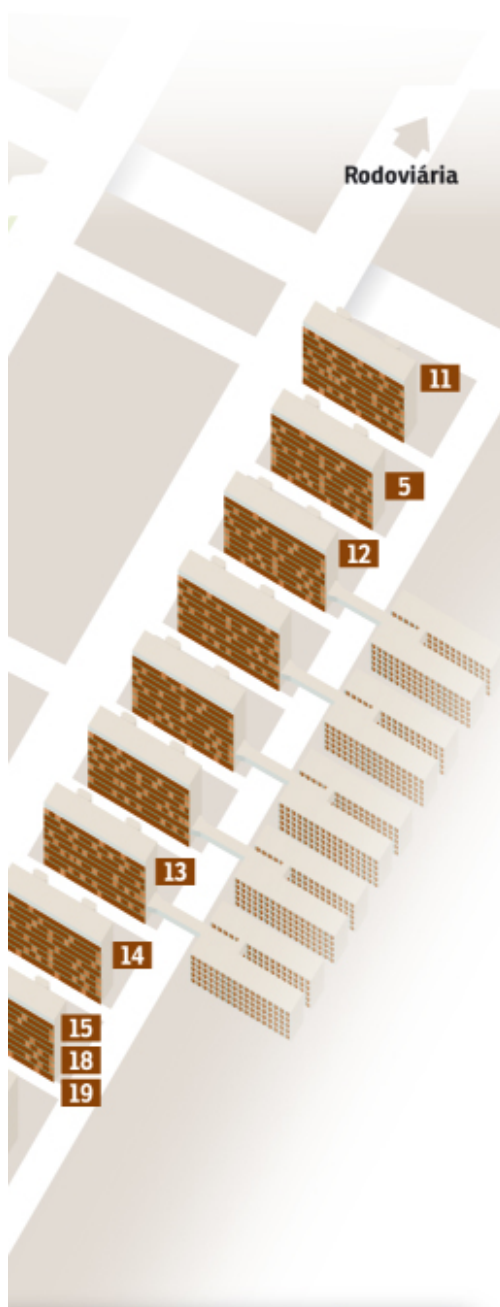
24 26
25 27

Via S1 (Eixo Monumental)

Via N1 (Eixo A)

Cat

10
11



14 Ministério da Defesa:

Esplanada dos Ministérios, Bloco Q

15 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil:

Esplanada dos Ministérios, Bloco R

Anexo: Secretaria Nacional de Aviação Civil e Secretaria Nacional de Portos, na EQSW 301/302, Lote 1 — Ed. Montes — Sudoeste, 3º andar — Gabinete

16 Ministério da Justiça:

Esplanada dos Ministérios, Palácio da Justiça, Bloco T

17 Ministério da Segurança Pública:

Esplanada dos Ministérios, Palácio da Justiça, Bloco T

Anexo: Departamento Penitenciário Nacional (Setor Comercial Norte — Quadra 3, Bloco B, Lote 120 — Edifício Victória, Brasília)

18 Ministério de Minas e Energia:

Esplanada dos Ministérios, Bloco U

19 Ministério do Turismo:

Esplanada dos Ministérios, Bloco U

Anexo: Setor Bancário Norte, Qd. 1, Bl. J, lotes 21-23, e SBN Qd. 2, Brasília

20 Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty):

Esplanada dos Ministérios, Palácio do Itamaraty

21 Ministério do Esporte:

SHCS 04, Centro Empresarial, Capital Financial Center, 83

22 Ministério das Cidades:

Setor de Autarquias Sul, Qd. 1

Anexo: Setor de Autarquias Sul, Qd. 1 — Brasília

23 Ministério da Transparência:

Setor de Autarquias Sul, Qd. 1

24 Casa Civil:

Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto

25 Secretaria-geral da Presidência da República:

Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto

26 Secretaria de Governo da Presidência da República:

Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto

27 Gabinete de Segurança Institucional:

Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto

28 Banco Central:

Setor Bancário Sul, Qd. 3

29 Advocacia-Geral da União (AGU):

Setor de Autarquias Sul, Qd. 3